

Richa diz que "históricos" tentarão apressar votação de mandato e sistema

Da Sucursal de Curitiba

O grupo "histórico" do PMDB vai tentar, a partir da próxima segunda, em Brasília, antecipar a votação pelo plenário da Constituinte que definirá o sistema de governo e a duração do mandato presidencial. A informação foi prestada pelo senador José Richa (PMDB-PR), ontem, em Curitiba, minutos antes de sua viagem ao litoral paranaense onde deverá passar os festejos de final de ano.

"Na atual conjuntura tudo gira em torno destes dois pontos", afirmou Richa. "Enquanto o sistema de governo e o mandato presidencial não forem votados pelo plenário as

demais questões permanecem irrelevantes. A grande questão nacional hoje é o mandato presidencial", completou.

Reunião do Rio

O início das negociações pela votação antecipada do sistema de governo e do mandato presidencial marcado para a próxima segunda-feira foi decidido durante a última reunião que os integrantes do grupo "histórico" realizaram no Rio junto ao governador Moreira Franco. "Há um entendimento geral de que essa votação tem que ser efetivada logo, o contrário beneficia os interesses do Centrão que tem por trás de si o

Palácio do Planalto", disse Richa. "Eles vão tentar postergar o máximo possível a votação destas questões", completou.

Richa desceu pela manhã para Guaratuba, município do litoral paranaense, onde deverá permanecer até a noite do próximo domingo. O senador pretende reunir-se com amigos para pescar na baía de Guaratuba e disputar algumas "peladas" na praia de mesmo nome. Na segunda pela manhã ele embarca para Brasília onde pretende acompanhar de perto o início das negociações pela antecipação da votação do sistema de governo e do mandato presidencial pelo plenário da constituinte.

Governadores se reúnem

Da Sucursal de Salvador

Os governadores Waldir Pires, da Bahia, Miguel Arraes, de Pernambuco, e Wellington Moreira Franco, do Rio de Janeiro, todos do PMDB, reuniram-se ontem à tarde em Salvador, após almoço no Palácio da Ondina, residência oficial do governador baiano. No encontro, os governadores discutiram os compromissos do PMDB com o governo, a reunião que os "históricos" do partido realizaram no dia 9 em Brasília e reafirmaram a defesa do mandato de quatro anos para o presidente José Sarney.

Filho afirma que Sarney não 'brigará' por 5 anos

Banco de Dados

MARCELO XAVIER DE MENDONÇA

Enviado especial a São Luís

"O presidente não vai, eu não vou, a família não vai brigar para ele ficar cinco anos". A frase, dita anteontem diante de um prato de camarão ao leite de coco e um copo da excelente cerveja maranhense, é do deputado federal Sarney Filho (PFL-MA), 30, ou "Zequinha", como é mais conhecido o filho caçula do presidente da República. Ao seu redor, numa longa mesa de madeira, estavam os jornalistas que fazem a cobertura do fim de ano presidencial em São Luís, convidados a experimentar as delícias da cozinha do Maranhão em companhia de um cicerone credenciado.

No "melhor restaurante do Brasil", na definição de "Zequinha" —uma ampla casa sem placa na frente, com mesas no quintal, entre árvores e jasmineiros—, o filho do

presidente justificou a posição da família. "Para que brigar"? Ele não ganha nada com isso, e não está ficando rico", disse Sarney Filho, para quem o desempenho da economia também influencia o tamanho do mandato. "Ele é um literato. Nasceu aí, em Pinheiro (cidadezinha com 19 mil habitantes a cerca de 200 km a oeste de São Luís) e já entrou para a história. Vai estar lá, nos livros, José Sarney foi o presidente da transição".

Caranguejo e camarão

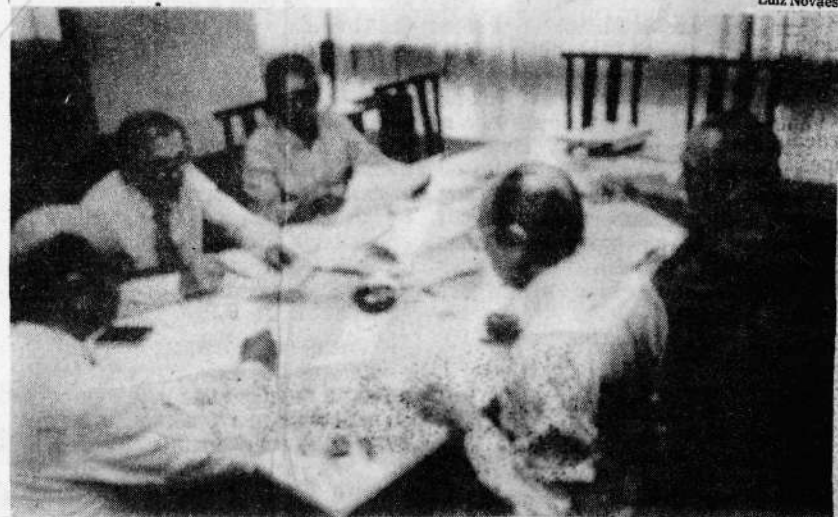
Entre um prato e outro —como casquinhas de caranguejo e de jurará (um pequeno jabuti) e camarão recheado— Zequinha reclamou do nível dos constituintes —"Tirando 30 por cento é tudo picareta"— e disse que Sarney é "chantageado pela classe política". "Como é que o presidente pode governar com um

tacape pronto a descer em cima da cabeça?", perguntou o deputado. Acompanhado pelo deputado Alberico Filho (PMDB-MA), também da família —é primo do presidente—, Sarney Filho falou do Centrão, e decretou: "O Centrão acabou. Só sobrevive até o fim da votação do regimento. Eu votei com ele porque não quero ser constituinte de segunda classe".

Doce de mangaba

Antes da sobremesa —doce de mangaba e de buriti—, Zequinha falou apaixonado da culinária e das tradições do Maranhão, como o bumba-meu-boi do mês de junho —o "boi", como é chamado— e afirmou estar diante de "uma encruzilhada" na vida política: "Sempre defendi a estatização, uma via social-democrata ou até socialista para acabar com a miséria. Agora estou em dúvida se é o melhor caminho".

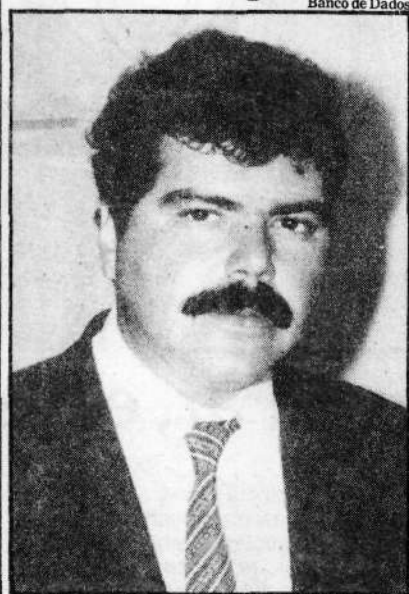
Luiz Novaes



CENTRISTAS REVISAM 450 EMENDAS

Os deputados Bonifácio de Andrada (PDS-MG), Paes Landim (PFL-PI), José Lourenço (PFL-BA) e José Lins (PFL-CE) e o senador João Lobo (PFL-PI) (foto) iniciaram ontem a revisão do texto das 450 emendas que o Centrão apresentará ao projeto de Constituição aprovado pela Comissão de Sistematização. As emendas serão submetidas aos integrantes do Centrão a partir da próxima segunda-feira,

quando será iniciada a coleta de assinaturas visando a alteração do projeto. A elaboração das emendas foi concluída anteontem, após mais de um mês de trabalho ininterrupto. José Lins disse que o Centrão pretende, basicamente, suprimir os artigos estatizantes, os que sufocam a iniciativa privada e os que sugerem uma xenofobia em relação ao capital estrangeiro.



O deputado Sarney Filho (PFL-MA)

TFP dá apoio ao Centrão contra 'o caos' e o socialismo

Da Redação

O destaque da edição extra da obra "Projeto de Constituição angustia o país" do professor Plínio Corrêa de Oliveira, presidente da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP), é a "Nota ao Leitor" em forma de encarte especial, através da qual a entidade apoia de forma incondicional o Centrão, grupo suprapartidário do Congresso constituinte.

O apoio, que segundo a nota é "aplaudido em todas as suas ousadias, para que ele alcance para o país a vitória total" —do Centrão—, é justificado pela TFP como forma de "opor barreiras eficazes ao caos e à maré montante do socialismo", combatendo "as seis tristemente famosas reformas": agrária, urbana, empresarial, estatização da medicina, transmutação da rede de ensino privado em estabelecimentos estatais e a reforma judiciária.

Esta segunda tiragem da obra, que é de 30 mil exemplares —em 35 dias a TFP vendeu os 40 mil exemplares da primeira tiragem— considera um

"mero artifício de propaganda" identificar todo movimento anticomunista, como é o caso da TFP, com o nazi-fascismo; critica o desempenho dos partidos de esquerda e da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) pelo fato de "atuar decididamente em favor das reformas de estruturas socialistas" —como a reforma agrária— e condena o "otimismo" e a desarticulação das entidades representativas das classes empresariais "em face de uma esquerda decidida e organizada".

Plínio Corrêa de Oliveira recorre a todos os argumentos do pensamento tradicionalista católico para concluir que o chamado projeto "Cabral 2" era por demais avançado, progressista e modernizante. É o caso da 4ª parte do 6º capítulo da obra, em que são criticados "os privilégios concedidos aos índios no Substituto", onde o presidente da TFP diz que o projeto "procura fazer dos silvícolas o grupo privilegiado, com uma situação ímpar em relação aos demais brasileiros", chamando os índios de "os aristocratas da nova ordem constitucional".